

# Lares de Alunas(os) de Enfermagem e de Enfermeiras(os) de Coimbra – Enquadramento Histórico Social

Nídia Salgueiro \*



Neste momento o distanciamento das minhas experiências relacionadas com o LAEC (Lar das Alunas Enfermeiras de Coimbra) e com a Residência da ESEAF, como aluna-residente, co-responsável por um dos lares e pela gestão da Residência, enquanto membro da Comissão de Gestão desta escola e até como responsável por algumas medidas atrevidas, leva-me a não me poder furtar à solicitação de escrever sobre os lares e o seu papel na socialização dos alunos de enfermagem. No entanto, neste momento, não estão ainda reunidas as condições cabais para o trabalho que desejava efectuar, com datas precisas e elementos mais concretos.

Embora este meu apontamento incida sobre as duas instituições acima referidas, pois é delas a minha experiência, a Escola Artur Ravara também fundou um lar e outras escolas criadas após os diplomas legais que reformaram e reorganizaram o ensino de enfermagem também passaram a dispor de lares e posteriormente de residências, como o caso da EECG (Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian) de Lisboa e a ESJ (Escola de Enfermagem de S. João) do Porto.

## O Lar das Alunas Enfermeiras de Coimbra (LAEC)

O LAEC, instituição privada de utilidade pública, surgiu após a reforma do ensino de enfermagem determinada pelo Decreto-Lei n.º 36219/1947 e decorre do exposto no seu art. 2.º, que refere que «os cursos funcionarão, quando possível, em regime de internato, devendo para esse efeito ser construídos ou adaptados os alojamentos indispensáveis». Esta disposição é reconfirmada pelo

Decreto-Lei n.º 38884/1952, que reorganiza o ensino de enfermagem, e pelo Decreto 38885/1952, que aprova o regulamento das escolas de enfermagem, art.º 1.º, parágrafo 2, sendo mantida o mesmo enunciado. Os seus estatutos foram aprovados pelo Secretário de Estado da Assistência Social em 03 de Agosto de 1949.

### Instalações

O LAEC ao longo da sua existência teve necessidade de ocupar várias instalações e algumas vezes com várias residências a funcionarem ao mesmo tempo: Lares nas Ruas Antero de Quental, Venâncio

\* Enfermeira; Professora aposentada da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca.

Fotos do acervo da ESEAF.

Rodrigues, Castro Matoso, no Hospital do Castelo, na Clínica Daniel de Matos (maternidade), na Rua Alexandre Herculano, Av. Bissaya Barreto, as residências para enfermeiras num Bloco de Celas dos HUC e na Av. Bissaya Barreto (Residência Nova) e, ainda, uma residência para alunos na Casa de Pessoal dos HUC.

### Os primeiros lares

A primeira residência abriu no mês de Setembro, após a publicação dos estatutos, em edifício alugado, situado na Rua Antero de Quental, n.º 123. Em 1950, esta residência mudou-se para a Rua Venâncio Rodrigues, n.º 7 e 7<sup>A</sup>, também em edifício alugado, alojando as alunas dos Cursos Geral de Enfermagem (CGE) e Auxiliar de Enfermagem (CAE). Em 1952, por insuficiência de instalações, é alugado um edifício da Rua Castro Matoso, n.º 13, e são aí alojadas as alunas do CAE, ficando o Lar Venâncio como Lar Sede e residência das alunas do CGE (este aspecto já foi focado na *Referência* n.º 5, p. 80 e 81). O primeiro edifício está hoje alugado à polícia Judiciária que tem ali instalados serviços de apoio e a directoria. Numa espreitadela rápida, foi com emoção que revi os belos estuques pendentes e admirei a forma como estão conservados. O segundo, para não fugir à antiga função, tem ali instalada a República *Solar dos Symbas*.

O número de alunas exigia, entretanto, novas instalações. Criou-se então o Lar do Castelo, para alunas do CAE, assim chamado por estar instalado no Hospital dos Lázarus, para tratamento e isolamento de doentes infecto-contagiosos, também chamado Hospital do Castelo por se situar no Largo do Castelo (ocupava o colégio dos Militares). Foi uma instalação temporária durante o tempo que mediou entre a transferência dos doentes e serviços para os pavilhões de Celas e a sua demolição para construir o edifício do Departamento de Matemática e parte do Largo D. Dinis.

Fui co-responsável pelo governo deste lar e da subsequente orientação das alunas no ano lectivo de 1955/56. No 2.º andar ficavam as camaratas com

beliches, uma bateria de casas de banho, as salas de estar e estudo e o quarto das duas responsáveis (enfermeiras assistentes da EEÁF). No primeiro andar os serviços de apoio.

Até aqui não havia residência para os alunos, aliás a própria designação LAEC assim o expressa, e os nossos colegas alojados em quartos da Alta, com condições deficientes e dispendiosos para as suas magras bolsas, bem se queixavam disso. Não admira esta discriminação, se atentarmos no enunciado dos próprios diplomas legais, que reestruturavam e regulamentavam o ensino de enfermagem: o Decreto-Lei 36219/1947, no seu art.º 5.º, determina que «o ensino de enfermagem deve ser orientado no sentido da preferência do pessoal feminino, excepto nos serviços de algumas especialidades, como a psiquiatria e a urologia» e o Decreto 38885/1952 reconfirma-o, pois, no seu art.º 18.º, decreta que «a admissão à frequência das escolas de enfermagem será orientada no sentido da preferência, em regra, do pessoal feminino».

O internato para as alunas era obrigatório, mesmo para as que residiam com as suas famílias em Coimbra. Salvo raras e muito justificadas excepções, poderia ser concedido o semi-internato. Estas posturas terão que ser vistas no contexto político e social da época, a que não será alheio o espírito da Obra de Protecção às Raparigas.

### Uma tentativa de abertura aos rapazes

Possivelmente, as reclamações dos alunos junto dos seus monitores, que estes transmitiam por escrito à direcção dos HUC, levaram a que na segunda metade da década de 1950 fosse instalado na Casa de Pessoal dos HUC, em edifício alugado na Rua de Tomar, n.º 5, uma residência para rapazes, tendo como responsáveis dois enfermeiros assistentes desta escola. Neste prédio funcionavam: no r/ch a sede da Casa do Pessoal e a cantina, com a respectiva venda de produtos aos sócios (a preços de cooperativa), na cave, que dispunha de jardim, o infantário, e nos andares superiores a residência dos alunos. O edifício pertence à Fundação de Bissaya Barreto.

Esta residência não teve longa vida, a que talvez não fosse alheio os novos rumos que aqueles enfermeiros assistentes tomaram (por um episódio algo insólito, sei que em 1961 ainda existia). Não é de estranhar este facto tendo em consideração a função social da Casa do Pessoal, que na época oferecia também bolsas para continuação dos estudos, como eu própria usufrui (não reembolsável ou parcialmente reembolsável em função dos resultados positivos obtidos ou totalmente reembolsável em caso de resultados negativos).

### **As residências de enfermeiras – razões da sua existência**

Entretanto, as instalações tornaram-se insuficientes para alojar alunas e enfermeiras. O LAEC destinava-se também ao alojamento das enfermeiras recém-formadas (estagiárias-bolseiras) de ambos os cursos. Cabe aqui uma explicação: os HUC, com objectivos sociais e de fixação do pessoal, instituíram bolsas de estudo, constituídas pelo fornecimento de alimentação durante o curso, reembolsável em tempo de serviço após o curso (seis meses de trabalho por cada ano de curso), auferindo as alunas durante este período somente uma gratificação de 150\$00 mensais (147\$00 deduzidos os emolumentos fiscais). Os HUC forneciam gratuitamente aos bolseiros a alimentação e o alojamento às enfermeiras. Bem entendido que aqueles magros 147\$00 não davam senão para as despesas de bolso, como dizíamos, para comprar e mandar apanhar as malhas das meias brancas do uniforme a que acrescia ainda a mensalidade do alojamento, que como alunas, era de 100\$00 mensais.

Esta bolsa poderia também ser reembolsada de uma só vez, no quantitativo de 12000\$00 equivalente a 400\$00 em 30 meses de alimentação, o que acontecia quando por motivos variados deixavam os HUC (casamento, colocação noutras instituições em condições mais vantajosas). Por exemplo, os quatro rapazes meus colegas utilizaram esta modalidade por irem trabalhar nos caminhos de ferro e na pesca do bacalhau. O diploma passado

no final do curso ficava cativo até que a dívida fosse saldada. Tal facto não impedia que, abrindo vagas no quadro de pessoal dos HUC, os bolseiros se pudessem candidatar a estas e, uma vez admitidos, a dívida era deduzida no vencimento em prestações mensais de 400\$00, o que era muito para o magro salário de menos de 700\$00. Devemos dizer que da parte dos HUC houve sempre compreensão, quando em momentos de despesas extraordinárias se pedia para não descontarem aquele quantitativo durante um certo período. Várias vezes fiz este pedido, quando as despesas com a continuação dos estudos assim o exigiam, o que motivou que levasse muito mais tempo a libertar-me daquele compromisso. Também não impediam que saíssem no decurso do compromisso, pagando então o que faltava. Aconteceu com colegas que foram para o Hospital de S.<sup>ta</sup> Maria e julgo que as que foram ocupar lugares de chefia no H. S. João quando este abriu também não teriam ainda toda a dívida saldada.

### **Residência de Celas**

Para resolver o de falta de residências para as enfermeiras, os HUC cederam para o efeito um pequeno pavilhão em Celas, onde hoje se situa o Serviço de Estomatologia e mais especificamente o bloco da sua consulta externa, a que chamávamos a «Residência», providenciando também o transporte (e que transporte!) para as enfermeiras que trabalhavam no bloco central, que ocupava os antigos edifícios dos Colégios de S. Jerónimo e das Artes, e na Clínica Obstétrica Daniel de Matos, situada então no edifício em frente ao Jardim Escola João de Deus, onde após a mudança desta para as actuais instalações adquiridas pelos HUC (Clínica S.<sup>ta</sup> Teresa) tem funcionado sucessivamente e a título provisório vários serviços hospitalares (diálise e urologia, ortopedia 4, SFAP e outros).

Estive alojada nesta primitiva residência. A certa altura (1958), fomos desalojadas com o pretexto de que este pavilhão era necessário para serviços hospitalares, dando-nos em alternativa quartos no

sótão do velho hospital (Colégio das Artes) sem o mínimo de condições, nem casas de banho. Foi uma revolta. Nem acreditam se contar que um grupo, em desforra, utilizou latas de “pelargon” (leite para bebés — a pediatria ficava no Colégio da Artes) vazias que ali estavam armazenadas! Descoberto o facto, que era mesmo para ser sabido, ninguém se denunciou. Por mero acaso não entrei nesta conspiração; o meu quarto não se situava naquele corredor, mas ao cimo duma escada que dava para os serviços de Cardiologia, de que por sinal era encarregada, servindo-me das suas casas de banho. Mas revoltada como as demais fui sozinha falar com o administrador, o Dr. Evaristo de Menezes, que tinha sido meu professor, certa de que compreenderia os meus argumentos. Pois muito pelo contrário, ficou furioso e, pegando-me no braço, fez-me sair do seu gabinete, dizendo-me que não me admitia que contestasse uma ordem de serviço do seu director (que por sinal além de ser director do hospital era-o também do meu serviço!). São assim os ditadores, forjam as coisas e outros assinam-nas! Foi um período negro, com dias de multa a torto e a direito! Mas, passado pouco tempo estoirou uma vigarice qualquer e o tal doutor foi preso. Foi pena que tivesse utilizado mal as suas capacidades, era um homem muito inteligente, que veio de baixo (barbeiro), fazendo o seu curso comercial à noite, depois o liceu e o curso de direito. Após este incidente fomos alojadas no Castro Matoso (a minha passagem por este lar foi muito breve, porque entretanto casei).

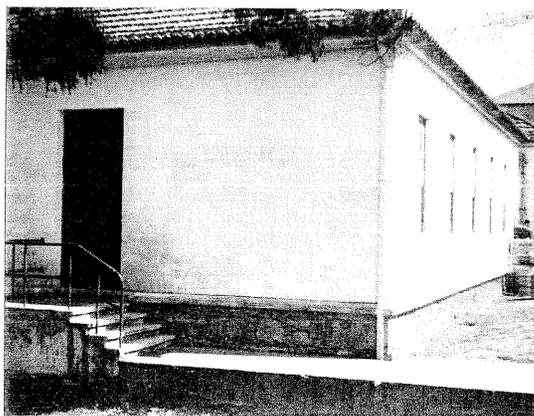


Foto 1 – Residência Velha (num bloco de Gelas).

## A residência da Av. Bissaya Barreto para enfermeiras – Residência Nova

Estes factos geraram a necessidade de criar uma residência para enfermeiras, tendo o LAEC alugado o prédio da Av. Bissaya Barreto, n.ºs 185 e 191, agora comprado pela Ordem dos Enfermeiros, onde ainda funciona uma parte residencial. Esta residência destinava-se a residência temporária das enfermeiras, mas o que é certo é que muitas habitaram aqui durante muitos anos. Ainda se rege pelos Estatutos aprovados em 1949, evidentemente com regulamentos internos mais ajustados ao presente. A actual direcção está a tratar de novos estatutos.

## O lar da avenida Bissaya Barreto – Lar Sede

As instalações do Lar Venâncio tornaram-se acanhadas e também se deterioraram não correspondendo às exigências dum lar desta natureza, pelo que foi alugado e adaptado o edifício da Av. Bissaya Barreto, n.º 52, acabado de construir, pertencente à família Vaz Serra, sendo aí alojadas, em óptimas condições, alunas do CEG e monitoras, a sede do LAEC, a biblioteca da EEÂF e o refeitório. Estes últimos, como é óbvio, serviam toda a população escolar.

## Os lares da Clínica Obstétrica Daniel de Matos (Lar CO) e da Rua Alexandre Herculano

O edifício desta clínica terá sido construído para servir de Paço Episcopal, que estava instalado — desde pelo menos o séc. XII — em edifício construído no local do forum romano, assentando no seu criptoforum, que foi remodelado no séc. XVI e de que resultou o edifício que hoje podemos admirar, com a sua bela *logia*, ao visitar o Museu Nacional de Machado de Castro, ali instalado após a saída do bispado para o edifício do Seminário Maior (1912).

O edifício da Clínica Obstétrica Daniel de Matos não chegou, portanto, a ser utilizado como Paço

Episcopal e, por deliberação da CMC de 1891, foi entregue à Universidade de Coimbra que, por sua vez, o cedeu aos HUC para servir de maternidade.

Desalojado o Lar do Castelo, por demolição do edifício, veio a instalar-se nesta clínica, no rés do chão, aquele lar para alunas do CAE, em camaratas de beliches e com a cozinha e o refeitório no pequeno edifício anexo, ocupado posteriormente pelo IGIF. A maternidade continuava a funcionar no piso de cima.

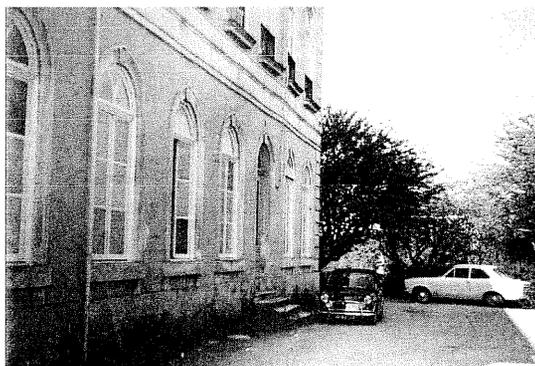


Foto 2 – Entrada para o Lar CO (no edifício da antiga maternidade, frente ao Jardim Botânico).

Novas necessidades dos HUC determinaram, no entanto, que se tivesse que desocupar aquelas instalações, alugando-se para o efeito o edifício da Rua Alexandre Herculano, n.º 17.

Com a abolição do Curso de Auxiliares de Enfermagem, após a Revolução de Abril de 1974, este edifício ficou vago em 1975. Foi entretanto ocupado à guisa de assalto, próprio de tempos revolucionários, mas certamente com a conivência dos monitores, pelos alunos alojados nas condições precárias já referidas acima.

A comissão instaladora da EEÂF, de que fiz parte (Despacho do Secretário de Estado de 7/2/77, posse em 7 de Março de 1977), encontrou já aqui alojados os alunos. Admitiu-se então uma senhora para lhes dar apoio, a Senhora Laurinda Marques, a quem presto a minha homenagem, pois que, além de manter a casa em ordem, tinha um jeito especial para lidar com os rapazes e se fazer respeitar. À noite, esta Senhora já não estava e constava-nos que as coisas não corriam tão bem.

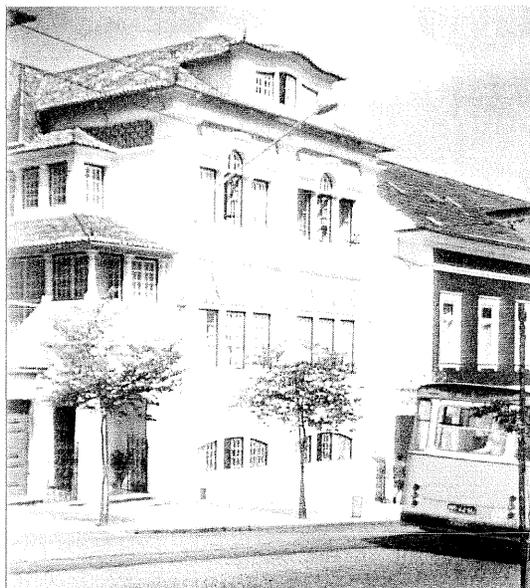


Foto 3 – Lar Alexandre Herculano.

Surgiu nessa altura outro problema. Fomos abordados pela Directora do Centro de Saúde Mental Infantil, a Dr.ª Maria de Lurdes Carvalho, para cedermos o edifício a, fim de instalarem aquele Centro. Não foi fácil o processo negocial com os alunos ali instalados, apesar de lhes oferecermos, como contra partida, alojamento no Lar Sede. Houve que vencer resistências, sendo os mais difíceis os que ali e, no curso, estavam para aproveitamento das condições para realizarem outros estudos (na altura havia bolsas de estudo). No entanto, a juventude é generosa; lembro uma reunião em que lhes tocámos na “corda sensível” e lhes propusemos uma visita àquele Centro de Saúde Mental para observarem as condições de que dispunham as crianças. Coube-me a tarefa de os acompanhar nessa visita, após a qual anuíram a transferirem-se para o Lar Sede, que passava assim a ser misto. Esta medida também não foi pacífica, com alguma resistência das alunas e críticas mordazes dos docentes mais puritanos, mas nós acreditávamos que iria melhorar as posturas dos residentes de ambos os sexos e favorecer um clima de relações mais saudáveis. Ocuparam quartos em andares diferentes, com as instalações de apoio comuns. Aliás, isso já acontecia antes, dado que ali estava instalada a biblioteca e o refeitório utilizados por todos, como já foi referido.

Após esta transferência, enquanto não foi resolvido burocraticamente a situação dos novos inquilinos as instalações da Rua Alexandre Herculano continuaram a servir como espaço social para os rapazes.

O centro de Saúde Mental Infantil está presentemente integrado no Centro Hospitalar de Coimbra, como Departamento de Pedopsiquiatria – Saúde Mental Infantil e Juvenil, que ali continua instalado.

Resta dizer que desta transformação em lar misto não decorreram problemas, para além dos habituais neste tipo de instituições, e foi uma importante preparação para a ocupação em 1978 da Residência da Escola.

### A gestão do LAEC

Os lares eram geridos por uma direcção constituída pelo Director do Hospital, também Director da EEÂF, por um secretário, a monitora chefe, a assistente social e representantes das alunas dos vários cursos – os primeiros por inerência de cargos e as alunas por eleição das colegas. No meu tempo de aluna, respectivamente o Prof. Doutor João

Porto, o Dr. Coriolano Ferreira, a Enf.<sup>a</sup> Maria da Cruz Repenicado Dias e depois a Enf.<sup>a</sup> Maria Fernanda Rezende, Maria da Luz Sanches Pinto e outras alunas de que não recordo os nomes. Havia aqui já um princípio democrático.

Economicamente, era suportado pela mensalidade das alunas (100\$00 mensais) e por verbas, fornecimentos de serviços e materiais de consumo de vária ordem pelos HUC (nessa época ainda não havia autonomia financeira das escolas de enfermagem). Com a autonomia financeira da escola, estas despesas ficaram a seu cargo, sendo a restauração entregue a uma firma fornecedora.

### Residência da EEÂF / ESEÂF

O crescimento e a autonomia financeira das escolas de enfermagem exigiu que estas também se autonomizassem em termos de instalações. A EEÂF estava a viver momentos muito difíceis, com os serviços hospitalares, também em expansão, a exigirem as parcas instalações e a empurrarem-na para fora do seu espaço. Mendigava salas de aula à Faculdade de Medicina, havia aulas em salas da Clínica Daniel de Matos e calcorreava-se Coimbra à



Foto 4 – Refeitório do Lar Sede (Lar Venâncio) – Ao centro a mesa das “Senhoras”, Maria da Cruz Repenicado, de frente, e Maria Fernanda Resende, de costas, fardada.

procura de edifício para alugar. Foi bem vinda, portanto a proposta das Direcção Geral das Construções Hospitalares para se aceitar um dos projectos já aprovados como o da Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian de Lisboa, o que permitia economizar muito tempo e dinheiro, com os ajustes necessários às condições dos terrenos do *campus* do Manicómio Sena, que aliás nunca passou das fundações e ali estava desperdiçado. Este projecto previa a construção de residência para estudantes, que no projecto da EEG era acoplado ao edifício escolar e neste ficava separado – muito melhor, a nosso ver. Chegámos a visitar a Escola de S. João do Porto, mas a opção recaiu no modelo da outra escola. Cabe o mérito destas diligências e decisões à Sr.<sup>a</sup> Directora Dulce Augusta Magalhães Pinto, que já não teve a alegria de participar na transferência para as novas instalações, colhendo assim o fruto do seu muito esforço.

Coube então à nossa Comissão Instaladora colher esses frutos. A mudança ocorreu em 1978, com as instalações ainda em fase de acabamento e não testadas. Recordo a água a entrar torrencialmente pelo auditório e a invadir o átrio de entrada (água e barro vermelho), entre outras deficiências. Mas a necessidade obrigava, pois tínhamos que

deixar as salas alugadas no Instituto Justiça e Paz. Talvez por razão das muitas deficiências verificadas, que era preciso colmatar, os edifícios nunca nos foram formalmente entregues nem as novas instalações formalmente inauguradas.

A mudança da Escola para as novas instalações implicou também a mudança do Lar Sede para o edifício residencial, também ele com muitos ajuste a fazer. Esta residência tem uma lotação de 260 camas, em quartos triplos e individuais e nela funcionam também serviços de apoio, como a central telefónica, as oficinas, a lavandaria, o restaurante e respectiva cozinha e seus anexos. Como já acontecia no Lar Sede, ficaram alojados os alunos dos dois sexos em andares separados.

Foi um período muito difícil o da instalação no novos edifícios. A Escola estava instalada nos HUC e em salas alugadas, não dispondo de pessoal de apoio: porteiros, telefonistas, pessoal de lavandaria, chefia, nem tão pouco de um orçamento compatível com esta nova realidade. A residência e os serviços de apoio já referidos foram postos a funcionar com o pessoal do LAEC, sem, no entanto, o podermos integrar no quadro de pessoal da Escola.

Por outro lado, havia interesse em que a instituição LAEC não se extinguísse, primeiro



Foto 5 – Cena da vida num Lar (anos 60).

porque a Residência de Enfermeiras estava activa e era um apoio a não perder, depois porque o Lar Sede interessava para instalar o Gabinete do Novo Hospital (lembro algumas reuniões para esta negociação ao Sábado, no próprio Lar Sede) e as instalações do Lar Venâncio Rodrigues (desactivado, mas ainda alugado ao LAEC) interessavam ao Ministério dos Assuntos Sociais para instituir um espaço social. Ponderaram-se todos estes aspectos e decidiu-se não extinguir o LAEC, deixando evidentemente a EEÁF de ter quaisquer encargos com a sua manutenção. Nas negociações, como é óbvio, deveríamos assumir o pessoal do Lar Sede, pois o LAEC na sua nova dimensão não comportava todo o contingente de pessoal de que dispunha. Se o LAEC fosse extinto, o processo legal de extinção teria que atender à situação do pessoal que ali trabalhava. Seria mais fácil assumi-lo, mas este não poderia passar directamente uma vez que não pertencia ao quadro da função pública. Como não foi esse o caso e ainda não estava ainda esgotado o contingente de deslocados do Ultramar (retornados), que tinham prioridade por estarem no quadro de excedentes da função pública, este processo não foi fácil. Havia a convicção que para serviços de apoio qualquer um daqueles excedentários servia. Assim, enviaram-nos guarda-fios, cantoneiros, e outros idênticos. Além disso, com comportamentos não adequados a uma instituição escolar, por exemplo, para as funções de porteiro sucederam-se três alcoólicos, só um deles concordou submeter-se ao programa de tratamento. Chegou-se a uma situação caricata, tínhamos várias portas sem porteiros, uma residência a funcionar com pessoal emprestado de que carecíamos e que obedecia ao perfil desejado, mas não podíamos integrar no quadro de pessoal (e se o quadro fosse preenchido, mal preenchido com os retornados, mais complicado se tornava). Desta situação insustentável, com papéis dum lado para o outro, sem nada resolver, decidiu-se apresentar pessoalmente o assunto, só que conseguir que nos recebessem também não era fácil. Então, um dia, dissemos: basta de papéis! Fui sozinha a Lisboa, levando na bagagem um relato escrito da situação e a convicção de que, se me ouvissem, o assunto seria resolvido.

Levei para isso a lição bem estudada. Comecei pelo Ministério do Plano e Orçamento, onde me encaminharam para um assessor ou secretário a quem “vendi o meu peixe”, e este conseguiu que a Directora do Gabinete indicado me recebesse. Não ficou com o escrito que levava, mas ouviu tudo o que tinha para lhe dizer — o relato oral saiu sem lhe dar possibilidade de interrupção (lembro que a certa altura lhe perguntei se me podia sentar, desfazendo-se ela em desculpas pela desatenção e tratando-me já pelo nome, o que para mim foi um bom indicio. Resultou na promessa de autorização de um porteiro. Era pouco, mas melhor que nenhum, devendo enviar-se ofício de acordo com as instruções que me deu. Em relação ao outro pessoal de apoio, nada podia fazer, havia excedentes (recordo que puxou uma gaveta e consultou um ficheiro). Argumentei que o pessoal que ainda existia para integrar não correspondia ao perfil de uma instituição educativa como a nossa. Isso já a ultrapassava, era com o IARN (Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais). Meti-me num taxi e lá vou eu para a Av. 24 de Julho, onde funcionava aquele instituto. Aqui, encontrei uma senhora espectacular que, após confirmar que ainda havia pessoal a integrar que servia para estas funções, ouviu atenciosamente os meus argumentos e a quem honestamente informei que o que pretendíamos era a informação de que não havia excedentários para aquelas funções para podermos integrar o pessoal do LAEC que já lá estava a trabalhar. Compreendeu a nossa situação e orientou-me na forma como devíamos fundamentar o ofício a enviar àquele serviço. Tudo decorreu em conformidade: para o lugar de porteiro foi admitido, em boa hora, ao abrigo da legislação de deficientes, o Sr. António Antunes, só com um braço mas que valia por quatro braços de alguns, o que nos evitou o processo de selecção; o pessoal do LAEC teve que aceitar ser integrado no quadro da escola como pessoal auxiliar, única forma naquela época e circunstâncias de se poder fazer a sua integração. E a decisão de não extinção do LAEC veio a permitir a aquisição do imóvel pela Ordem dos Enfermeiros, o que nos regozija.

Com a residência a funcionar em pleno, esta começou a ser cobrada por outras instituições: o primeiro a abordar-nos foi o IPO, que queria ali instalar desde o serviço de cirurgia ao hospital de dia, argumentando que as instalações da Escola ocuparam um metro dos seus terrenos a todo o comprimento da extrema. Claro que era assunto com que nada tínhamos a ver; isso tinha sido tratado com a Direcção Geral das Construções Hospitalares. Houve reuniões onde se apresentavam argumentos e contra argumentos. Da parte do IPO, era fácil que a residência pudesse servir as suas funções de residência e apoio escolar e as do IPO. Depois veio o Director dos Serviços de Ortopedia, Prof. Doutor Norberto Canha, solicitar a cedência de espaço para instalar Serviços de Ortopedia. Também era tudo fácil, não havia problema com a co-existência de alunos e doentes — um serviço de porteiros resolveria tudo! A Ortopedia já ocupava vários pavilhões de Celas, talvez que a ideia fosse num futuro próximo ficar com todo o edifício para a Ortopedia.

Felizmente que não tínhamos nenhum andar vago, inclusive, por acordo entre Ministério da Saúde e da Educação, cedemos alojamentos à Escola de Educadoras de Infância para as suas alunas, nas mesmas condições que os nossos alunos

e obrigadas ao cumprimento das mesmas regras. Também tínhamos acordos de cooperação com outras escolas de enfermagem, recebendo os seus alunos e docentes aquando de estágios ou visitas de estudos. Igualmente se cediam alojamentos a hospitais, CMC, DGD-Secção Regional, Casa de Inglaterra e outras (desde que houvesse disponibilidade e estudados caso a caso). Portanto, a Residência estava ocupada e rentabilizada. Suspeitávamos que os pretendentes às nossas instalações, não se restringiriam aos contactos directos connosco, haveria certamente diligências a outros níveis, mesmo político e os argumentos de instalar doentes e de prestar mais e melhores serviços era de peso.

As nossas suspeitas confirmaram-se. Tivemos a visita de uma Técnica do INSA-DEE (a Enf.<sup>a</sup> Moniz Pereira) para averiguar como ocupávamos a residência, com uma grelha de itens a questionar. Também que havia a informação de que existiam andares vagos, o que não era verdade, e que paravam autocarros à porta da residência, donde saíam pessoas para alojar. Isso sim, era verdade, havia autocarros, pois nas visitas de estudo a Coimbra de várias escolas de enfermagem os alunos não vinham a pé! Não sei a data certa em que esta

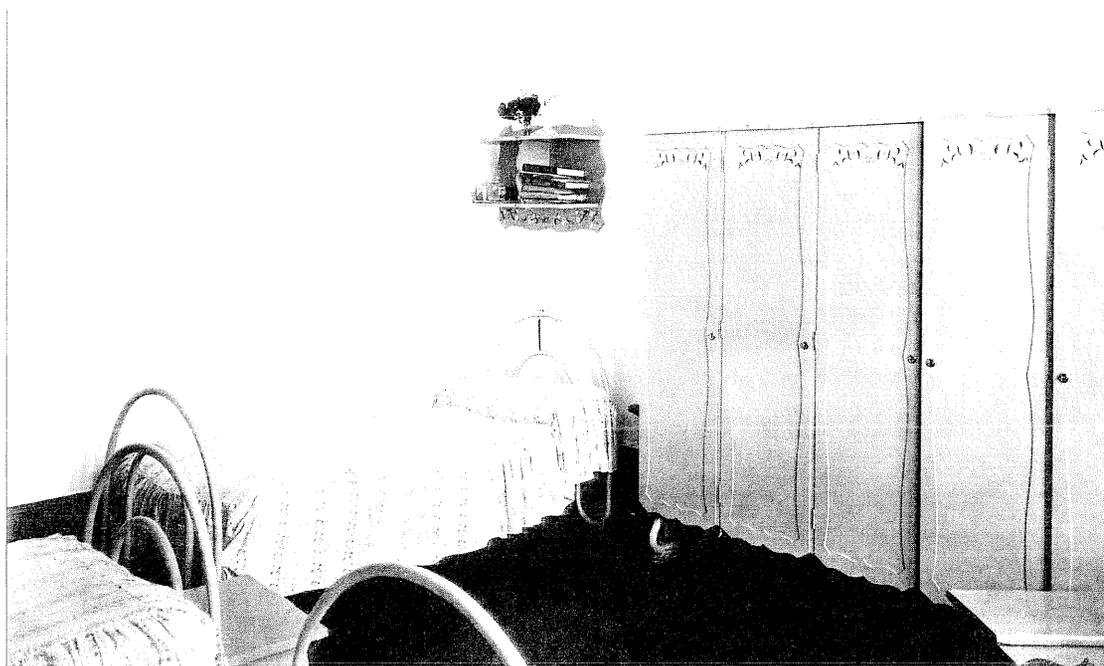


Foto 6 – Lar Venâncio (1952). Quarto de alunas.

inquirição ocorreu, seria em finais de 1981 ou princípio de 1982 no período em que o meu colega membro da Comissão de Gestão, o Enf.<sup>o</sup> Valente, estava doente ou já tinha falecido, estando só eu como docente. Na altura, registávamos num enorme mapa (em papel quadriculado elaborado e escrito à mão) a ocupação e o movimento da Residência. Quem, instituição, razão, etc. Este mapa, grosseiramente elaborado, e os documentos que o suportavam, como o do acordo citado para o alojamento das educadoras de infância, permitiu-me responder a todas as questões colocadas, e julgo que cabalmente, pois este assunto morreu ali e também cessaram as pressões para ceder instalações.

As residências, para serem rentabilizadas, dão muito trabalho e, por isso, começou a manifestar-se uma corrente no sentido de as extinguir, a que esta Escola nunca aderiu. Em Janeiro de 1982, numa reunião no INSA - DEE, com responsáveis das Escolas de Enf. S. João, do Porto, Calouste Gulbenkian, de Lisboa e Ângelo da Fonseca, esta por mim representada, e representante do DEE que liderou a reunião (a Enf.<sup>a</sup> Moniz Pereira), discutiu-se o assunto. A posição da Escola de S. João do Porto era nitidamente de desactivar as residências. Penso que tinha já nessa altura um andar vago, enquanto na nossa era o oposto. Argumentámos que enquanto a nível universitário se reclamavam residências para estudantes, nós, que as tínhamos, não as devíamos deitar fora. Mas manda a verdade que se diga que nessa altura já estávamos envolvidos num processo de trazer de novo para esta Escola a formação pós-base (em contracorrente ao INSA-DEE, devemos dizer) e considerávamos uma mais valia poder oferecer aos enfermeiros de fora de Coimbra (Guarda, Viseu, Castelo-Branco e outros) a possibilidade de ali se alojarem ou mesmo da necessidade de ocupar, durante o dia, a sala de estudo dos residentes com aulas. A formação pós-base iniciou-se nesse mesmo ano em Julho e, tal como prevíamos, muitos dos alunos destes cursos usufruíram deste benefício, tão precioso numa época em que as vias rodoviárias eram tão deficientes e as deslocações extremamente demoradas. Lembro que apresentei nessa reunião um estudo sobre as funções do pessoal da

Residência, pensando que da partilha e discussão de ideias, uma vez que as quatro pessoas presentes, inclusive a representante do DEE, tinham experiência no assunto, poderia resultar uma melhoria daquele documento. Pura ilusão, o tema residências tinha outros objectivos e o documento nem sequer foi analisado. Deixei-o consciente que não lhe seria atribuída qualquer importância.

As residências continuaram, a Escola de S. João, do Porto, foi prosseguindo a política de desactivação da sua Residência e, por mera coincidência, foi-me dado assistir ao que se passou aquando da entrega daquelas instalações, pela Ministra da Saúde Leonor Beleza, ao Hospital de S. João e mesmo ouvir os desabafos dos responsáveis daquele hospital, no sentido de minimizar os inconvenientes daquela ocupação (o Administrador estava muito ligado à EESJ e não lhe agradava ver entrar pela mesma porta doentes e familiares e a população escolar).

Tinha nessa altura alunas do CEEEMC a estagiar no Serviço de Cirurgia Cardíaca e tivemos sérias dificuldades para encontrar alojamento, inclusive batemos à porta daquela escola sem êxito, acabando estas por ser alojadas no mesmo local onde também estavam as mães das crianças submetidas a cirurgia cardíaca. Numa das minhas visitas para supervisão das referidas alunas, ao passar em frente da ESESJ, vejo o portão fechado a cadeado e alunos agitados. Então contaram-me que a Ministra da Saúde, em visita àquele Hospital, ao solicitarem-lhe instalações para a Cirurgia Cardíaca, tinha observado a não ocupação da Residência e que o Ministério não se poderia dar a esse luxo de ter instalações desocupadas, portanto seriam dadas ao HSJ para esse efeito. Esta decisão foi materializada com o respectivo despacho enviado ao hospital e à escola. No dia em que lá estive faziam-se esforço para dialogar com a Directora da ESSJ, mas infrutíferas. Eram entregues documentos através das grades aos alunos de piquete. A ideia do hospital era ocupar com o serviço de formação permanente e outros afins, mais compatíveis com a função escolar, alocando as instalações destes ao serviço de Cirurgia Cardíaca, na verdade deficientemente instalado.

Acontece que os alunos tempos antes tinham vindo para os órgãos de informação a reclamar sobre a desactivação da residência. A movimentação dos alunos foi vista pela Ministra como uma tentativa de obstrução ao cumprimento do despacho, sendo os alunos utilizados pela própria Directora. Desta situação, resultou inquérito e a aposentação antecipada daquela directora.

Estes relatos têm a intenção de deixar pistas a poderem ser seguidas em futuras pesquisas, nomeadamente sobre o papel dos Lares na socialização das enfermeiras (e dos enfermeiros) que indiscutivelmente, os lares assumiram.

## Bibliografia

PORTUGAL, MINISTÉRIO DO TRABALHO, DIRECÇÃO GERAL DE ASSISTÊNCIA, Decreto n.º 5736 / 1919, de 10 de Maio (Reorganiza os HUC, criando no seu art. 64.º a E.E. dos HUC; no art. 65.º cria dois níveis de formação, o curso elementar ,que habilita à categoria de enfermeiro, e o curso complementar, que habilita à de enfermeiro chefe). *Diário do Governo*, n.º 98, I Série, 11º Suplemento, 10/05/1919.

PORTUGAL, Ministério do trabalho, Decreto n.º 6943 / 1920 de 16 de Setembro (Regulamento da E.E. dos HUC). *Diário do Governo*, n.º 183, 16/09/1920.

PORTUGAL, MINISTÉRIO DO INTERIOR, Portaria n.º 7001/1931 de 08 de Janeiro (E.E. dos HUC, passa a chamar-se E.E. Ângelo da Fonseca). *Diário do Governo*, n.º 11, 8/01/1931.

PORTUGAL, MINISTÉRIO DO INTERIOR, Decreto-Lei n.º 36219 / 1947 de 10 de Abril (Reorganiza o ensino de enfermagem, dá autonomia técnica e administrativa às E.E.). *Diário do Governo*, n.º 81, I Série, 10/04/1947.

PORTUGAL, MINISTÉRIOS DO INTERIOR E DA EDUCAÇÃO, Decreto-Lei n.º 37418/1949 de 10 de Maio (carreira de enfermagem). *Diário do Governo* n.º 105, I Série, 18/05/1949.

PORTUGAL, MINISTÉRIO DO INTERIOR, Decreto-Lei n.º 38884/1952 de 28 de Agosto (reorganização do ensino de enfermagem). *Diário do Governo*, n.º 190, I Série, 28/08/1952.

PORTUGAL, MINISTÉRIO DO INTERIOR, Decreto-Lei n.º 38885/1952 de 28 de Agosto (regulamenta ensino de enfermagem). *Diário do Governo*, n.º 190, I Série, 28/08/1952.

REPENICADO DIAS, Maria da Cruz – A Educação e o Ensino na Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra. In *1942-1952: Dez anos de História dos Hospitais da Universidade de Coimbra (sob a Direcção do Prof. Doutor João Maria Porto)*. Coimbra: Edição da Casa do Pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra, 1953, p. 157-160.

SALGUEIRO, Nídia – Serviço Domiciliário Hospitalar - das “Brigadas de Educação Sanitária da Família” ao Serviço Domiciliário dos HUC. *Referência*, ISSN 0874 0283, n.º 1 (Setembro de 1998), pp. 85-87,

SALGUEIRO, Nídia – As Enfermarias-Escola: Laboratórios de Enfermagem e Serviços Piloto. *Referência*, ISSN 0874 0283, n.º 2 (Março de 1999), pp. 80-86.

SALGUEIRO, Nídia – O Vestuário do Pessoal de Enfermagem (II): O domínio do branco. *Referência*, ISSN 0874 0283, n.º 5 (Novembro de 2000), pp. 79-86.